



INPI

**GUIA DE
PROPRIEDADE
INTELECTUAL PARA
EXPORTADORES**

**COREIA
DO SUL**

Instituto Nacional da Propriedade Industrial – Brasil (INPI)

Presidente

Júlio César Castelo Branco Reis Moreira

Chefe de Gabinete

Ana Kelly da Silva Guimarães

Coordenador de Relações Internacionais

Leopoldo Nascimento Coutinho

Divisão de Relações Bilaterais

Iloana Peyroton da Rocha

Equipe Técnica

Supervisora do Projeto

Iloana Peyroton da Rocha

Autora

Claudia Valentina de Arruda Campos

Revisores

Iloana Peyroton da Rocha

Colaboradores

Gisela Aparecida Silva Nogueira

Felipe Coutinho de Castro

Ficha Catalográfica

Catálogo na fonte elaborada pela Biblioteca de
Propriedade Intelectual e Inovação – INPI

Bibliotecário Responsável Técnico

Evanildo Vieira dos Santos – CRB7-4861

Guia de Propriedade Intelectual para Exportadores - Coreia do Sul. Redação, tradução e revisão técnica: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) – Coordenação de Relações Internacionais – Rio de Janeiro: INPI, 2025.

27 p. ; quadros.

1. Propriedade Intelectual – Brasil. 2. Propriedade Intelectual - Negócios. 3. Propriedade Intelectual – Coreia do Sul. 4. Propriedade Intelectual – Exportação

I. *Korean Intellectual Property Office* (Coreia do Sul) = Escritório de Propriedade Intelectual da Coreia (Coreia do Sul)

II. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Brasil)

CDU: 347.77:339.5(519.5)

Sumário	
Introdução	4
Antes de começar a exportar	4
Cinco maiores erros do exportador na área de Propriedade Intelectual	5
Cursos sobre Propriedade Intelectual	8
Informações e ferramentas de Propriedade Intelectual para empresas	9
Como proteger sua Propriedade Intelectual no Brasil.....	10
Instituições nacionais de Direitos de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul	11
Onde realizar sua pesquisa de PI na Coreia do Sul	11
Pesquisa de marcas.....	12
Pesquisa de patentes	12
Pesquisa de desenhos industriais.....	13
Pesquisa de cultivares.....	14
Dados relevantes sobre Propriedade Intelectual na Coreia do Sul	15
Marcas	15
Patentes de Invenção	16
Patentes de Modelo de Utilidade	18
Desenho Industrial.....	18
Direito Autoral	19
Topografia de Circuitos Integrados	20
Leis e regulações de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul	20
Acordos Internacionais de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul	21
Como proteger sua Propriedade Intelectual na Coreia do Sul	22
Como solicitar a proteção de sua Propriedade Intelectual na Coreia do Sul via Tratados e Acordos de Cooperação Internacionais	23
Custos de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul.....	24
Marcas	24
Patentes.....	24
Desenho Industrial.....	25
Como exercer seus Direitos de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul	25
Observações finais.....	27

Introdução

Este guia faz parte de uma coleção desenvolvida para ajudar os exportadores brasileiros a protegerem seus ativos de Propriedade Intelectual (PI) nos países para os quais desejam exportar.

Cada país possui suas próprias particularidades em relação ao sistema de PI e este volume é dedicado à Coreia do Sul.

Os temas de PI abordados neste guia são: marcas, patentes, desenhos industriais, indicações geográficas, novas variedades vegetais e direitos de autor.

O guia está dividido em três partes. Na primeira, indicamos fontes confiáveis onde você pode aprofundar seus conhecimentos sobre Propriedade Intelectual. Na segunda, apresentamos o sistema de PI da Coreia do Sul, orientando sobre como proteger seus ativos de PI no país e abordando questões a serem consideradas antes de começar a exportar para lá. Ao final, fornecemos informações sobre o que fazer, caso sofra algum tipo de violação de seus direitos.

Nosso objetivo é fornecer informações importantes e de fácil compreensão, para que você possa navegar com segurança pelos desafios da PI e aproveitar ao máximo as oportunidades de exportação para a Coreia do Sul.

Antes de começar a exportar

Antes de iniciar seu processo de exportação, que passos precisam ser dados na área de PI?

1. Conhecer o que é PI;
2. Conhecer profundamente a PI de seu negócio e protegê-la em seu país de origem;
3. Elaborar um plano estratégico de exportação que inclua as questões relacionadas à PI;
4. Pesquisar se existe algo similar aos seus ativos de PI que já esteja protegido nos países para onde deseja exportar;
5. Proteger sua PI nesses países e _ somente depois disso;

6. Levar seu produto ou serviço para o exterior.

Este guia vai te indicar:

1. Os principais erros dos exportadores na área de PI;
2. Onde aprender mais sobre PI e sobre PI e exportação;
3. Onde e como proteger sua PI no Brasil;
4. Onde realizar pesquisas se já existem ativos de PI similares aos seus em outros países;
5. Qual a legislação internacional de PI da Coreia do Sul;
6. Onde e como proteger sua PI na Coreia do Sul;
7. Algumas estimativas de custo desse processo;
8. O que fazer para se proteger no caso de ser copiado.

Esperamos que este seja um facilitador em seu processo de exportação!

Cinco maiores erros do exportador na área de Propriedade Intelectual

Alguns erros comuns da área de PI, cometidos por quem começa a exportar, que queremos te ajudar a evitar:

1. **Você sabe que sua marca, sua patente e seu desenho industrial só valem no país em que estão registrados?**

Um dos erros mais comuns cometidos pelos exportadores é não saber que os direitos de Propriedade Intelectual, como marcas, patentes e desenhos industriais, são **TERRITORIAIS**. Isso significa que, apesar de vivermos em um mundo globalizado, os direitos de PI não o são. Eles valem apenas no país ou território em que foram protegidos.

A única exceção em relação a esta regra se refere ao que é protegido por direito de autor. Isso porque, os 181 países signatários da Convenção de Berna concordaram que a proteção de direitos de obras artísticas e literárias, dentre outras, não devem estar sujeitas ao cumprimento de nenhuma formalidade, nem depender da existência de

proteção da obra em seu no país de origem. O autor tem direitos morais e patrimoniais em relação à sua obra, desde que esta foi produzida, independentemente de registro.

No entanto, todos os outros direitos de propriedade intelectual precisam ser protegidos **EM CADA PAÍS** para onde você deseje exportar, para que você tenha direitos sobre estes ativos.

Assim, ANTES de iniciar suas atividades de exportação, é crucial que você decida ONDE deseja proteger seus ativos de PI. Essa é uma decisão fundamental que deve ser tomada com cautela e planejamento, pois os custos envolvidos podem ser altos.

2. Você quer ter sua marca, sua patente e seu desenho protegidos?

Você sabia que a divulgação de uma invenção ou de um desenho industrial, sem que estes tenham um pedido de proteção previamente depositado, pode inviabilizar seu direito sobre esses ativos?

Temos certeza de que você não deseja ter sua PI copiada, tornada pública inadvertidamente ou protegida por terceiros. Imagine, por exemplo, não poder usar sua própria marca em um outro país porque alguém já a registrou antes de você.

Por isso, é fundamental que você busque garantir seus direitos de PI ANTES de entrar e apresentar seus produtos em um novo mercado. Lembre-se: **o que garante o direito de PI em um território é o seu REGISTRO, e não apenas o uso.**

Ao planejar sua expansão internacional, dedique especial atenção à proteção de seus ativos de PI. Dessa forma, você evitará surpresas desagradáveis e manterá o controle sobre seus recursos.

3. Você quer se proteger de levar uma ação por infração judicial na área de PI em outro país?

Você sabia que é fundamental **PESQUISAR** se já existem marcas, patentes ou desenhos industriais similares aos seus, que já estejam protegidos, no país para o qual deseja exportar? Esta é uma etapa importante para evitar o risco de estar infringindo o direito de um terceiro em um novo mercado.

A maioria dos países disponibiliza bases de dados para pesquisa em seus institutos de PI. Você pode fazer uma consulta on-line nesses sistemas para verificar se já existe

alguma anterioridade que possa inviabilizar o seu pedido. Esta busca prévia pode te ajudar a economizar muito tempo e dinheiro. Além disso, também existem bases de dados internacionais que permitem a realização de pesquisas. Várias delas estão indicadas neste guia.

4. O direito de PI obtido em um país garante o mesmo direito em outro?

Muitos exportadores acham que se obtiveram um direito de PI em um país, automaticamente conseguirão o mesmo direito em outro. Infelizmente, esta não é a realidade.

Apesar de existirem alguns parâmetros comuns estabelecidos por acordos internacionais, a área de PI apresenta uma grande variação entre os países em termos de legislação e regras para a concessão de direitos.

Portanto, não há nenhuma garantia de que o que foi concedido em um país também será concedido em outro. Cada nação possui suas próprias particularidades e exigências quando se trata de proteger a Propriedade Intelectual, o que faz com que a decisão de cada país seja **INDEPENDENTE**.

Isso significa que, ao planejar sua estratégia de exportação, você precisa analisar cuidadosamente a situação da PI em cada país de destino. Não é possível assumir que um direito obtido em um lugar será automaticamente reconhecido em outro.

5. Você incluiu as questões de PI quando fez seu projeto de exportação?

A elaboração de um bom **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** é chave para o sucesso na exportação. Muitos exportadores cometem o erro de negligenciar questões relacionadas à PI durante o planejamento de suas atividades de exportação. No entanto, é fundamental considerar essas questões como parte essencial desse processo.

Os ativos de PI podem ser alguns dos mais valiosos que sua empresa possui. Por isso, é imprescindível que seu planejamento seja cuidadoso e que inclua uma análise detalhada desses ativos.

Dependendo da quantidade de países em que você decida proteger esses ativos, os custos podem ser significativos. Portanto, é preciso avaliar com antecedência o que, e

onde deseja proteger¹.

Sobre os prazos que você tem para a proteção de seus ativos de PI, segundo o Acordo de Paris, tratado internacional da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) válido em 176 países, quando você deposita um pedido de patente, modelo de utilidade (MU), marca ou desenho industrial (DI) em um instituto de PI, você tem um prazo de 12 meses (para patente e modelo de utilidade), e de 6 meses (para desenho industrial e marca), para solicitar proteção em qualquer outro país, sem perder o “direito de prioridade”, ou seja, neste período você terá prioridade em relação a outro depositante que deposite algo similar ao que você depositou, em qualquer lugar do mundo. Passado esse período, aquilo que você protegeu em um território ficará livre e disponível para qualquer pessoa, em todos os países onde seu ativo não foi protegido.

Destacamos que isso acontece quando você escolhe realizar depósitos nacionais, em cada país individualmente. Também existe a opção de você realizar depósitos internacionais, em um grupo de países, de uma só vez, por intermédio da OMPI, o que facilita bastante o processo. Detalharemos essa opção mais adiante.

Por essas razões, é fundamental que você faça um bom planejamento estratégico referente à área de PI na fase inicial do projeto, antes mesmo de iniciar as ações de exportação, quando decidir proteger seus ativos de PI. Dessa forma, você evitará perder oportunidades, reduzirá riscos e diminuirá custos desnecessários.

Ao priorizar o planejamento da PI em seu projeto de exportação, você estará dando um passo crucial para o sucesso de seu negócio no mercado internacional.

Cursos sobre Propriedade Intelectual

A Propriedade Intelectual é tradicionalmente dividida em três ramos:

- **Direitos autorais** que protegem as obras literárias, artísticas, tecnológicas e softwares;
- **Propriedade industrial**, como marcas, patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais e indicações geográficas; e
- **Proteção sui generis**, como a proteção de cultivares.



¹ Algumas questões importantes que precisam ser respondidas em um planejamento estratégico: por que, o que, quando, para onde, com quem, como e quanto custa exportar.

Caso você deseje aprofundar seus conhecimentos sobre PI antes de se decidir pelo seu uso ao exportar para a Coreia do Sul, você pode consultar a agenda de cursos gratuitos sobre o tema disponível no site do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).




Você também pode participar do curso gratuito de PI, em português, oferecido duas vezes por ano pela OMPI, chamado: DL 730 “Curso Executivo sobre Propriedade Intelectual e Exportações”.



Informações e ferramentas de Propriedade Intelectual para empresas





O INPI oferece guias de propriedade intelectual para negócios que podem ajudar a explorar as possibilidades de PI para sua empresa.

Tabela 1: Informações e ferramentas sobre PI para empresas do INPI

Ferramentas	Link
Guias de Propriedade Intelectual para negócios	

A OMPI também oferece uma série de ferramentas, guias e informações sobre PI disponibilizadas gratuitamente que podem te auxiliar.

Tabela 2: Informações e ferramentas sobre PI para empresas da OMPI

Ferramentas	Link
Informações de PI para empresas	
Auto diagnóstico de PI para empresas	
Guias de PI para empresas *	
Passo a passo estratégico de PI para PMEs	

* Alguns dos guias disponibilizados pela OMPI, em Espanhol, Inglês e Francês, são:

1. **Secrets of Intellectual Property: A Guide for Small and Medium-sized Exporters;**
2. **Inventing the Future: An Introduction to Patents for Small and Medium-sized Enterprises;**
3. **Making a Mark: An Introduction to Trademarks for Small and Medium-Sized Enterprises;**
4. **Looking Good: An Introduction to Industrial Designs for Small and Medium-sized Enterprises;**
5. **Exchanging Value - Negotiating Technology Licensing Agreements: A Training Manual;**
6. **A Guide to Intellectual Property for Startups; entre outros.**

Como proteger sua Propriedade Intelectual no Brasil

Antes de começar a exportar, considere proteger sua PI no Brasil. Indicamos aqui o passo a passo para marcas, patentes, desenhos industriais, proteção de cultivares e obras com direitos autorais.

Tabela 3: Passo a passo para depósito de Propriedade Intelectual no Brasil




Tipo de PI	Instituição	Link
Marcas	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	
Patentes	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	
Desenhos Industriais	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	
Proteção de Cultivares	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	

Tabela 4: Instituições para registro voluntário de obras com direito autoral no Brasil

Tipo de Trabalho com Direitos Autorais	Instituição	Link
Obras Musicais	Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
Obras Arquitetônicas	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU)	
Obras Audiovisuais	Agência Nacional de Cinema (ANCINE)	
Programas de computador	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	

Instituições nacionais de Direitos de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul

O **Korean Intellectual Property Office** (KIPO) é o principal responsável pelo sistema de Propriedade Industrial na Coreia do Sul, o que inclui o registro e a administração de marcas, patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais, indicações geográficas e topografia de circuitos integrados.



O registro de direitos autorais na Coreia do Sul é administrado pela **Korea Copyright Commission** (KCC).



O **Korea Seed & Varieties Service** (KSVS) é um órgão vinculado ao **Ministry of Agriculture, Food and Rural Affairs** (MAFRA), sendo responsável por operar o sistema de proteção de cultivares na Coreia do Sul.



Onde realizar sua pesquisa de PI na Coreia do Sul

Como pesquisar se uma PI já está protegida na Coreia do Sul?

Como dissemos, antes de solicitar um direito de PI em outro país, você precisa verificar se sua marca, invenção, desenho industrial ou variedade vegetal já existe e se já está protegida.

Caso encontre algo semelhante no mercado que pretende explorar, pode ser difícil conseguir a proteção que deseja.

Sua pesquisa deve incluir Internet, mídias sociais, bancos de dados de pesquisa de PI internacionais e bancos de dados de pesquisa do país onde for depositar.

Verifique que sua pesquisa seja a mais ampla possível, para evitar futuros custos desnecessários.

Com o avanço da tecnologia da Inteligência Artificial, em pouco tempo será muito mais fácil e rápido saber se já existem ativos protegidos similares aos que você deseja proteger.

Pesquisa de marcas

Antes de solicitar uma marca, você pode começar pesquisando, no **Global Brand Database**, da OMPI, o qual contém os dados de mais de 80 países e inclui marcas registradas, denominações de origem e emblemas oficiais. Se sua marca já estiver registrada em um desses países, isso poderá afetar sua capacidade de registrá-la na Coreia do Sul.



O **Search Madri Monitor**, por sua vez, permite o acesso a pedidos e registros internacionais realizados através do Sistema de Madri, com milhões de marcas registradas de seus 115 membros que abrangem 131 países. Nesta base de dados, sua pesquisa pode incluir palavras, números, datas, classes e países.



Outra base disponível na área de marcas é o **Search TMview**. O TMview contém marcas registradas de toda a União Europeia e de partes da África, Ásia, América e Oceania. Esta base permite pesquisa por palavras, números, datas, classes e países.



Caso considere o processo complexo, você pode contratar um profissional especializado em PI para ajudá-lo.

Pesquisa de patentes

Antes de depositar uma patente e solicitar a proteção de uma invenção, você precisa ter certeza de que ela é nova e inventiva. Como a invenção precisa ser nova, ela não pode

ter sido publicada em nenhum lugar do mundo, não apenas no país onde você deseja protegê-la.

Você pode iniciar sua pesquisa no **Google Patent Advanced Search**, o qual permite busca por nome, data, inventor, depositante, instituto de patentes e língua, dentre outras opções.



Você também pode pesquisar no **Patentscope**, da OMPI, o qual contém dados de mais de 100 milhões de patentes. Aqui se pode pesquisar por título, resumo, nome e data de depósito.



Examinadores do INPI elaboraram, a partir de material fornecido pela OMPI, um Guia que indica como realizar uma pesquisa no **Patentscope**.



O processo de busca de patentes é mais complexo que o processo de busca de marcas e de desenho industrial. Em função disso, caso deseje, você pode contratar um profissional especializado em PI para ajudá-lo.

Pesquisa de desenhos industriais

Seu desenho industrial precisa ser novo e original para que você possa protegê-lo. Por isso, você precisará pesquisar quaisquer desenhos publicados e verificar se apresentam semelhanças com o seu.

Sua pesquisa precisa incluir, além dos bancos de dados de desenho, os bancos de dados de marcas e patentes, a Internet e as redes sociais. Quaisquer resultados semelhantes, mesmo que não estejam registrados, podem impedir o seu direito a registrar o desenho.

Nos bancos de dados, você pode pesquisar por imagem, nome do produto, classificação, número e proprietário.

O banco de dados do **Global Design Database** é um bom local para iniciar suas buscas. O **Global Design Database** é uma coleção mundial de dados organizados pela OMPI, a partir dos depósitos realizados através do Sistema de Haia. Você pode pesquisar por descrição, nome, depositante, data e país.



O **DesignView**, por sua vez, permite pesquisar desenhos de toda a União Europeia e de partes da África, Ásia, América e Oceania. Você pode pesquisar por nome, número, designer, classificação de Locarno, data de depósito e país.



Pesquisa de cultivares

Caso você deseje vender sua variedade vegetal internacionalmente, precisará fazer uma busca internacional para verificar se a variedade de sua planta é realmente nova.

Primeiramente, você pode verificar na internet se encontra divulgação de variedades semelhantes à sua.

Depois, pode buscar em bancos de dados de cultivares do país onde deseja proteger e comercializar a sua nova variedade. Na maior parte dos bancos de dados, você encontrará informações referentes ao nome comum da planta, gênero, espécie, detentor do título e prazo de proteção.

Na União Europeia, existe uma base de dados de variedades vegetais na **Community Plant Variety Office** (CPVO), com informações sobre registros de plantas de mais de 70 países.



Você também pode pesquisar na base dados de variedades de plantas PLUTO, da **União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas** (UPOV), a qual fornece resultados de nomes para variedades de plantas protegidas por membros da UPOV e de outras organizações internacionais. Para acessar a PLUTO, você precisará criar uma conta de usuário.



Dados relevantes sobre Propriedade Intelectual na Coreia do Sul

Marcas

Uma marca na Coreia do Sul consiste em um sinal que você pode usar para distinguir os bens ou serviços da sua empresa daqueles de outros comerciantes. A marca pode estar na forma de símbolo, caractere, diagrama, forma tridimensional ou qualquer combinação destes, bem como combinações de cores da marca. Além disso, na Coreia do Sul também é possível proteger como marca hologramas, movimentos, sons e cheiros.

No país, também é possível proteger marcas de certificação e emblemas empresariais.

Uma "marca de certificação" é uma marca que certifica a qualidade, local de origem, métodos de produção ou outras características de um bem, para certificar que este atende a determinados critérios de qualidade, local de origem, métodos de produção ou outras características.

Um "emblema empresarial" refere-se a uma marca usada por uma pessoa envolvida em um negócio sem fins lucrativos, como a Cruz Vermelha.

No país, uma marca é adquirida através de registro de **Marcas**, o qual é válido por **10 anos** e **pode ser renovado indefinidamente a cada 10 anos**, dependendo do pagamento das taxas correspondentes.

Existem dois caminhos para o registro de marcas na Coreia do Sul:

1. **Rota Nacional:** O registro de uma **Marca Nacional**, junto ao KIPO.
2. **Rota Internacional:** O registro de uma **Marca Internacional**, através do Sistema Internacional de Madri da OMPI. Neste sistema, você elege, dentre os mais de 130 países membros, aqueles em que deseja ter sua marca protegida, com um único pedido, em uma única língua (inglês, francês ou espanhol) e com o pagamento de um único conjunto de taxas.

O objetivo do Sistema de Madri é facilitar o registro de marcas no mundo. A solicitação de registro deve ser feita através de um dos institutos de PI dos países que fazem parte do acordo. O INPI, no Brasil, faz parte. Assim, se sua empresa

deseja renovar ou ampliar seu portfólio mundial de marcas, consegue fazê-lo facilmente através deste modelo centralizado.

Após a certificação do Registro Internacional ter sido feita pelo escritório de origem (escritório onde foi feita a solicitação de registro), o registro será enviado à OMPI e distribuído aos países designados por você, aqueles onde você quer ter sua marca protegida. Inicia-se aí uma segunda etapa, conhecida como fase nacional, em que seu pedido será examinado pelos escritórios de PI dos países designados. Na análise do pedido, esses escritórios utilizarão as leis e as práticas locais para o exame, o que faz com que **a decisão de cada país seja independente**. Após seu pedido ter sido analisado por cada um deles, os escritórios comunicarão suas decisões à OMPI, que, por sua vez, lhe informará sobre as decisões de cada um dos países designados.

Outra rota internacional de registro de marca na Coreia do Sul é a aplicação direta com base na **Convenção de Paris**. Diferentemente do Sistema de Madri, essa rota envolve aplicar diretamente aos escritórios de propriedade intelectual de cada país. Você pode escolher entre os países que são membros da Convenção de Paris e prosseguir com processos de aplicação separados no escritório de marca de cada país. Embora esse método ofereça flexibilidade para registrar marcas de acordo com as leis individuais de cada país, ele requer procedimentos e taxas separados para cada país envolvido.

O caminho que você escolherá vai depender das necessidades de seu negócio. Mais à frente, neste guia, há links de custos para que você possa fazer análises que facilitem o seu processo de decisão, assim como links para a realização de depósitos, de cada um dos direitos de PI aqui apresentados, por meio das diferentes rotas existentes.

Patentes de Invenção

Uma patente é um direito concedido para uma invenção. Pode assumir a forma de um novo produto, processo ou melhoria técnica para uma tecnologia existente. São concedidas para invenções que sejam novas, envolvam atividade inventiva e sejam industrialmente aplicáveis.

A proteção de uma **Patente de Invenção** na Coreia do Sul é de **20 anos**, a partir da data de depósito.

Na Coreia do Sul existem duas formas diferentes de solicitar uma patente de invenção:

1. **Rota Nacional:** você deposita sua patente diretamente junto ao KIPO.
2. **Rota Internacional:** Como a Coreia do Sul é signatário do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), você pode elegê-lo dentre os países do Sistema Internacional de Patentes do PCT da OMPI. Por meio desse sistema, com um só pedido de patente, em uma língua e um grupo de taxas, você pode solicitar proteção em mais de 150 países ao mesmo tempo.

O pedido internacional via PCT possui duas fases: internacional e nacional.

- Fase Internacional - Existem duas formas de dar entrada em um pedido internacional: diretamente no Escritório de um país que faça parte do PCT (em que o requerente seja domiciliado ou nacional deste país); ou, na Secretaria Internacional da OMPI.

Ao fazer o depósito internacional, é preciso indicar um Escritório que seja aprovado pelo PCT para realizar a pesquisa internacional (*International Search Authority – ISA*), dentre os indicados pelo país onde ocorreu o depósito internacional.

O idioma do pedido internacional deve atender ao definido pelo país em que foi depositado e pela ISA escolhida. No caso de o Brasil ser escolhido como ISA, o depósito pode ser em português, inglês ou espanhol.

- Fase Nacional - Após a fase internacional, geralmente de 30 ou 31 meses, a contar da data de depósito internacional ou da prioridade (se houver), você deverá solicitar a concessão de sua patente diretamente junto aos países em que tiver interesse. Ao final do processo você terá a patente da sua invenção, se concedida, em cada país que escolheu. **A decisão de cada país é independente da dos demais.**

A entrada na fase nacional pode ser solicitada em qualquer país que faça parte do PCT, adequando seu pedido internacional PCT à legislação desse país.

Uma questão relevante em relação ao exame de patentes no KIPO é que este não é realizado automaticamente. Uma solicitação explícita de exame precisa ser feita pelo depositante, ou por terceiros, em, no máximo, três anos para patente de invenção. **Caso**

essa solicitação não seja feita, o pedido pode ser considerado abandonado e arquivado.

Se, ao final do processo, seu pedido de patente for negado, existe a possibilidade de recurso junto ao Conselho de Julgamento e Apelação de Propriedade Intelectual (*Intellectual Property Trial and Appeal Board*).

Um outro tema relevante, no que se refere a patentes, é que o KIPO é membro do *Global Patent Prosecution Highway* (GPPH). Isso significa que você pode solicitar o exame acelerado de seu pedido de patentes.

Patentes de Modelo de Utilidade

A proteção de uma **Patente de Modelo de Utilidade** na Coreia do Sul é de **10 anos**, a partir da data de depósito.

Na Coreia do Sul existem uma forma de solicitar uma patente de Modelo de Utilidade:

1. **Rota Nacional:** você deposita sua patente diretamente junto ao KIPO.

Uma questão relevante em relação ao exame de patentes no KIPO é que este não é realizado automaticamente. Uma solicitação explícita de exame precisa ser feita pelo depositante, ou por terceiros, em, no máximo, três anos para modelos de utilidade. **Caso essa solicitação não seja feita, o pedido pode ser considerado abandonado e arquivado.**

Desenho Industrial

A Coreia do Sul tem uma definição ampla de Desenho Industrial, que inclui designs de comunicação visual relacionados a produtos, anúncios, designs gráficos e multimídia, bem como designs ambientais relacionados a espaços.

Na Coreia do Sul, a proteção de um **Desenho Industrial** (DI) é de **20 anos**, a partir da data do depósito.

Existem dois caminhos para registrar seu DI na Coreia do Sul.

1. **Rota Nacional:** O registro de DI Nacional, onde você solicita a proteção diretamente junto ao KIPO.

2. Rota Internacional: O registro de um DI internacional através do Sistema de Haia, que permite que você escolha os países onde deseja ter seu DI protegido, com um único pedido, dentre os mais de 90 países participantes do Sistema da OMPI.

No país, é possível que registro de Desenho Industrial de um produto em seja mantido em sigilo por um período de até três anos a partir da data do registro. Isso porque, um DI pode ser facilmente copiado e, caso fosse divulgado antes do lançamento do produto, poderia por a perder a vantagem competitiva do depositante.

Indicações Geográficas

Indicação Geográfica (IG) é um direito de PI que protege o nome de um produto que tem uma origem geográfica específica e deve suas qualidades e/ou reputação a esta origem.

Na Coreia do Sul, as indicações geográficas são protegidas como marca de certificação ou marca coletiva sob o *Trademark Act*. A instituição responsável por registrar indicações geográficas é o KIPO.

O registro de uma **Marca de Certificação** ou **Marca Coletiva** é válido por **10 anos** e **pode ser renovado indefinidamente a cada 10 anos**, dependendo do pagamento das taxas correspondentes.

Proteção de Cultivares

Na Coreia do Sul, a proteção de uma nova variedade vegetal é válida, após sua concessão, por **25 anos**, para árvores e plantas ornamentais, e de **20 anos** para as demais espécies.

Direito Autoral

O tempo de proteção dos direitos autorais na Coreia do Sul é desde a criação da obra até **50 anos após o falecimento do autor**.

Como a Coreia do Sul é signatária da Convenção de Berna, isso significa que não é necessário o registro de seu trabalho no país para que sua obra esteja protegida por direitos autorais.

No entanto, você pode registrar sua obra no KCC, pois o registro ajuda a demonstrar a prova de propriedade, o que pode vir a ser importante no caso de licenciamento ou de disputas judiciais.

Topografia de Circuitos Integrados

O tempo de proteção dos direitos sobre o registro das Topografias de Circuitos Integrados é de **10 anos** a partir da data de registro.

Leis e regulações de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul

Coreia do Sul adotou uma série de regulamentos e diretivas para proteger e fazer cumprir os direitos de PI no país.

Tabela 5: Algumas das leis sobre PI da Coreia do Sul

Lei	Nº
Direitos Autorais e Conexos	Lei de direitos autorais nº 19597 de 28 de janeiro de 1958 (com redação alterada até 8 de agosto de 2023).
Desenho Industrial	Lei de Desenhos Industriais nº 19710 de 31 de dezembro de 1961 (com redação alterada até 14 de setembro de 2023).
Patentes	Lei de Patentes nº 19714 de 13 de abril de 1952 (com redação alterada até 14 de setembro de 2023).
Marcas	Lei de Marcas nº 19809 de 28 de novembro de 1949 (com redação alterada até 31 de outubro de 2023).
Modelo de Utilidade	Lei de Modelo de Utilidade nº 19712 de 31 de dezembro de 1961 (com redação alterada até 14 de setembro de 2023).
Indicação Geográfica	Lei de Controle de Qualidade de Produtos Agrícolas e Pesqueiros nº 18.809, de 21 de janeiro de 1999 (com redação alterada até 3 de fevereiro de 2022)
Proteção de variedades vegetais	Lei da Indústria de Sementes nº 5.024, de 6 de dezembro de 1995 (com redação alterada até a Lei nº 11.704 de 23 de março de 2013).
Proteção de variedades vegetais (patentes de invenção)	Lei de Proteção de Variedades Vegetais nº 11.457, de 1º de junho de 2012 (com redação alterada até a Lei nº 12.062 de 13 de agosto de 2013).

Uma lista abrangente da legislação nacional de PI da Coreia do Sul pode ser encontrada no site da OMPI.



Acordos Internacionais de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul

A Coreia do Sul é signatária de vários acordos internacionais de PI junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Tabela 6: Acordos Internacionais de PI na Coreia do Sul

Acordo	Descrição
Convenção de Paris	Permite que um requerente de outro estado signatário solicite uma patente ou marca e espere os mesmos direitos de um titular da Coreia do Sul.
Convenção de Berna	Garante que as partes da convenção, incluindo a Coreia do Sul, deem igual reconhecimento aos detentores de direitos autorais de outros estados membros da convenção.
Convenção UPOV	Estabelece um sistema harmonizado para os direitos dos produtores de novas variedades vegetais.
Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT)	Permite aos inventores realizar buscas e obter proteção de patentes em mais de 150 países. *
Protocolo de Madri	Permite aos detentores de marcas o registro de suas marcas em mais de 120 países. *
Tratado da OMPI sobre Performance e Fonogramas (WPPT)	Trata de direitos autorais no ambiente digital.
Acordo de Haia	Trata de um acordo para desenhos industriais em que é possível registrar desenhos em mais de 90 países. *
Acordo TRIPS	Estabelece um nível mínimo de proteção e aplicação dos direitos de PI que todos os membros da Organização Mundial do Comércio, incluindo a Coreia do Sul, deve cumprir.

*Dado referente a outubro de 2024

Uma lista abrangente dos acordos internacionais de PI adotados pela Coreia do Sul pode ser encontrada no site da OMPI.



Como proteger sua Propriedade Intelectual na Coreia do Sul

Uma lista dos objetos de PI reconhecidos na Coreia do Sul, com um link para os sites onde obter informações sobre como proteger cada um deles, encontra-se nas tabelas abaixo.

Tabela 7: Onde proteger sua PI na Coreia do Sul









Objeto de PI	Descrição	Link
Patentes de Invenção (KIPO)	Patentes protegem invenções, que são produtos ou processos que fornecem uma nova maneira de fazer algo ou oferecem uma nova solução técnica.	
Patentes de Modelo de Utilidade (KIPO)	Assim como patentes, modelos de utilidade protegem novas invenções técnicas por meio da concessão de um direito exclusivo limitado.	
Marcas (KIPO)	Marca é uma combinação de símbolos, palavras, desenhos, cores, formas tridimensionais, hologramas, movimentos e todos os tipos de marcas visualmente reconhecíveis ou outros dispositivos usados para identificar os produtos ou serviços de uma empresa.	
Marcas Coletivas (KIPO)	Na Coreia do Sul, as Indicações Geográficas são protegidas como Marca Coletiva	
Desenho Industrial (KIPO)	Desenho Industrial protege a aparência externa, a forma ou a configuração de um artigo ou de um produto não físico.	
Topografia de Circuitos Integrados	Topografias de circuitos integrados protegem a disposição tridimensional, porém expressa, dos elementos de um circuito integrado.	
Proteção de Cultivares (Korean Seeds & Variety Services)	Proteção de novas variedades vegetais.	









Tabela 8: Registro Voluntário de Obras com Direitos Autorais



Tipos de Trabalho com Direitos Autorais	Link
Registro de obra literária, musical, teatral, artística, de arquitetura, fotográfica, audiovisual, diagramática, de computador, dentre outras. Direitos conexos (performances, transmissões, gravações sonoras) e banco de dados.	

Como solicitar a proteção de sua Propriedade Intelectual na Coreia do Sul via Tratados e Acordos de Cooperação Internacionais

Na tabela abaixo, fornecemos informações sobre como e onde depositar sua PI na Coreia do Sul, via tratados e acordos de cooperação internacionais.

Tabela 9: Solicitações de pedidos de PI na Coreia do Sul

Objeto de PI	Descrição	Link
Patentes	Informações do INPI sobre como proteger sua patente no exterior.	
	Informações do INPI sobre depósito internacional de patentes.	
	Informações do INPI sobre taxas, códigos e procedimentos do Tratado de Cooperação de Patentes (PCT).	
	Solicitação de depósito de um Pedido Internacional de Patentes via PCT diretamente na OMPI.	
	Solicitação de Global Patent Prosecution Highway (GPPH) no KIPO.	
Marcas	Informações do INPI sobre o Protocolo de Madri e passo a passo para solicitação de pedido de registro internacional de marcas.	
	Solicitação do pedido de Registro Internacional de Marcas diretamente no site da OMPI – Sistema de Madri.	
Desenhos Industriais	Informações do INPI sobre o Sistema de Haia e passo a passo para solicitação de pedido de Registro Internacional de Desenho Industrial.	

	Solicitação do pedido de registro internacional de desenho industrial diretamente no site da OMPI – Sistema de Haia.	
OMPI	Todos os depósitos internacionais da OMPI	

Custos de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul



Antes de se decidir sobre qual sistema utilizar para realizar um pedido de PI na Coreia do Sul, é preciso avaliar os custos envolvidos e cada uma das opções.

Marcas

No caso de marcas, é possível escolher entre o depósito nacional pelo KIPO ou depósito internacional via Sistema de Madri.

Para facilitar sua decisão, fornecemos links para o cálculo comparativo dos custos, na tabela abaixo, lembrando que, no Sistema de Madri, você precisará eleger os países em que quer proteger sua marca, dentre os mais de 130 que fazem parte do Sistema.



Tabela 10: Informações para cálculo de custos de depósito de marcas

Instituição	Link
Custos KIPO	
Custos do Sistema de Madri	

Patentes

Entender os custos envolvidos em uma patente, por sua vez, é bem mais complicado. Na tabela abaixo você encontrará informações sobre os valores das taxas solicitadas para uma patente no KIPO, assim como a tabela de preços do PCT, de forma que você tenha uma ideia dos custos envolvidos em um pedido internacional de patentes.



Tabela 11: Informações para cálculo dos custos de depósito de patentes

Instituição	Link
Custos KIPO	
Custos do Sistema PCT	

Desenho Industrial

Quanto aos custos envolvidos no registro de um desenho industrial, segue abaixo tabela que permite a comparação dos custos de depósito de DI no KIPO e no Sistema de Haia da OMPI.

Tabela 12: Informações para cálculo dos custos de depósito de desenho industrial

Instituição	Link
Custos KIPO	
Custos do Sistema de Haia	

Como exercer seus Direitos de Propriedade Intelectual na Coreia do Sul

Se você acredita que uma entidade está usando ou se beneficiando de seus direitos de PI sem o seu consentimento, é conveniente procurar aconselhamento jurídico especializado em PI em um estágio inicial.

Reúna evidências que comprovem a violação de seus direitos, como cópias de obras, registros de marcas ou patentes, e comunicações que evidenciem a violação.

Quando você já detém os direitos de propriedade intelectual, você pode denunciar e solicitar à Autoridade Alfandegária do país que detenha mercadorias suspeitas de infringir direitos de marcas, patentes, direitos autorais, desenhos industriais, indicações geográficas e variedades vegetais, quando estas atravessam as fronteiras.

Você pode fazer o registro de sua PI junto ao Serviço de Alfândega Coreano. Dessa forma, produtos falsificados podem ser verificados e apreendidos pela polícia alfandegária antes de dar entrada ao país.



Além da apreensão alfandegária, caso seu direito de PI tenha sido violado, você tem outras três alternativas: mediação, litígio civil ou processo criminal.

A mediação é considerada uma opção eficaz e de menor custo na resolução de conflitos. A Coreia do Sul incentiva que os usuários busquem a mediação ao litígio. Existem dois Comitês de Mediação na Coreia: o primeiro, voltado para questões relacionadas a patentes, modelos de utilidade, marcas registradas e desenhos industriais, é coordenado pelo KIPO. O segundo, voltado para disputas sobre direitos autorais, é coordenado pela KCC. Ambos os serviços são gratuitos e suas decisões são vinculativas.

Uma segunda alternativa, é recorrer a uma ação civil. No âmbito civil pode-se solicitar a cessação do uso da PI, indenização por danos, indenização por recuperação de reputação e indenização por lucros indevidos. As ações em primeira instância sobre patentes, modelos de utilidade, marcas e desenhos industriais são conduzidas por **seis Cortes Distritais (Seoul Central, Suwon, Daejeon, Daegu, Pusan, Gwangju)**.



Uma terceira alternativa, caso se constate a existência de crimes em relação à PI, é a instauração de uma ação criminal.

Outra opção de proteção internacional em PI é o uso dos serviços de Mediação e Arbitragem para Disputas de Propriedade Intelectual e Tecnologia oferecidos para empresas pela OMPI.



No link ao lado, você encontra o guia internacional elaborado para juízes, de gestão de casos de patentes com diferentes alternativas legais existentes na Coreia, disponibilizado pela OMPI.



A OMPI também oferece alternativas de mediação para resolução de disputas por domínios de internet.



Observações finais

Após o trajeto proposto neste documento, esperamos que tenha se tornado mais fácil proteger sua PI antes de começar a exportar.

Lembre-se, como o direito de PI é territorial, você precisará protegê-lo antes de apresentar, vender ou fabricar seu produto em um novo mercado. Você também pode protegê-lo em outros mercados, ainda que neste momento não deseje explorá-los, de forma a evitar que outros copiem, fabriquem ou importem sua marca, produto ou serviço, e não paguem seus direitos.

Em alguns países é possível realizar os procedimentos aqui descritos diretamente, mas, muitos exigem a contratação de um profissional de PI local que atuará em seu nome. Contar com o apoio de um agente de PI, de forma geral, ajuda, não apenas com os depósitos, mas também a compreender questões ligadas à cultura local que podem facilitar seu acesso ao mercado da região.

Um outro ponto que merece destaque é o custo da proteção de PI. Ela pode ser cara, por isso, sempre é importante ressaltar a necessidade de um bom planejamento inicial sobre como, onde e por que investir no exterior.

Por fim, as informações fornecidas neste documento são um recurso de apoio para a exportação e para a proteção de sua PI em outros países e não devem ser utilizadas em substituição ao aconselhamento jurídico especializado.